

O Futuro da Europa

N3

Marco / Abril 07

Os debates do Debate

50 anos dos
Tratados de Roma

A Europa em análise

Os debates do Debate

■ Debater a Europa de uma forma descentralizada

Terminou a primeira fase do Projecto II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa. Realizaram-se dez debates em dez capitais de distrito, a saber: Faro, Viana do Castelo, Funchal, Beja, Santarém, Viseu, Setúbal, Ponta Delgada e Aveiro. O objectivo destes encontros foi promover a discussão em torno das questões europeias em locais mais afastados dos tradicionais centros de debate. Os temas de cada um dos encontros foram escolhidos em função das principais preocupações dos cidadãos da região. Com maior ou menor destaque, algumas questões acabaram sempre por ser abordadas, como a imigração, a segurança, o alargamento à Turquia ou o Tratado Constitucional.

Em **Faro**, o tema foi *Imigração, Integração e Diversidade. Que Respostas Europeias?*. Este assunto assume particular relevância, uma vez que o Algarve tem vindo a desenvolver uma grande capacidade de absorção de populações migrantes. Os participantes concordaram que a Europa precisa de desenvolver uma Política de Migração Comum, que incorpore todas as experiências nacionais, sem que as pessoas abdicuem dos seus papéis e identidades. Assim, o futuro passará pela resolução dos problemas de integração e diversidade. Algumas das preocupações manifestadas ao longo do debate prendem-se com questões como os futuros alargamentos da UE, a integração dos imigrantes e dos filhos destes que, muitas vezes já possuem a nacionalidade dos países de destino.

Europa perante a globalização

Aliás, as questões relacionadas com a imigração, a adesão da Turquia ou a segurança da Europa estiveram em destaque não só em Faro, como também em **Viana do Castelo**. Aí

discutiram-se *Os Desafios da Europa num Mundo Globalizado*, dedicando especial atenção ao papel que a Europa pode assumir enquanto actor internacional perante as novas dinâmicas que enfrenta. Do muito que foi dito, destaca-se o sublinhar que Portugal tem um grande potencial, apesar da sua localização periférica, possui a maior Zona Económica Exclusiva da UE, o que abre inúmeras possibilidades de desenvolvimento. No seu todo, a Europa deve assumir-se como um actor global e não apenas um actor económico.

A relação da Europa com o que a rodeia esteve em análise em **Leiria**. *A Europa no Mundo e as suas Fronteiras* foi o tema de um encontro que realçou a ideia de que pensar os limites da Europa é discutir não só a dimensão interna do projecto de integração, mas também a dimensão externa, o lugar que esta ocupa no mundo. Houve unanimidade no que respeita à necessidade de uma reforma político-institucional da União, para fazer face aos problemas que a Europa enfrenta, como a globalização, o alargamento ou a crise económica e social.

O papel dos cidadãos

Os participantes do debate que decorreu em **Santarém** analisaram *A Percepção Pública da União Europeia*, ou melhor, a ideia que os portugueses têm da UE. Essa “ideia” está ligada à informação transmitida, quem a transmite e os tipos de filtros que utiliza, de acordo com os seus interesses. Além disso, estas percepções também acabam por ser influenciadas pelas ideias que os cidadãos têm dos seus próprios governos. Apesar da opinião pública portuguesa ser, em geral, positiva em relação à UE, as novas questões que têm surgido como a possível existência de uma crise europeia e o rumo que a Europa deverá tomar no futuro preocupam as pessoas). De acordo com os intervenientes, a par da revisão constitucional, as quatro áreas-chave onde os cidadãos consideram que deve existir uma maior intervenção das instituições europeias são as questões económicas e sociais, a segurança e a paz, a ajuda ao desenvolvimento, a energia e o ambiente.

O *Desenvolvimento Sustentável dos Espaços Rurais* foi o que esteve em debate em **Beja**, uma preocupação muito relacionada com a região em questão. Os participantes no encontro analisaram a adequação das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural a nível nacional e europeu. Além disso, foram identificados como os principais problemas com que se depara o desenvolvimento rural: a competitividade, o esvaziamento das áreas rurais e o desprestígio do mundo rural. Uma das sugestões que sobressaem é que uma melhor adequação das estratégias da PAC (e das políticas nacionais) viria ao encontro de uma gestão mais eficaz e sustentável dos espaços rurais e das actividades económicas que lhe estão subjacentes.

Tirar partido das sinergias

Viseu foi a capital de distrito escolhida para analisar *A Dimensão Económica e Social da União Europeia*, ou de que forma é que se poderá caminhar no sentido de construir uma Europa economicamente estável sem abdicar do seu modelo social e dos seus valores. Mais do que questionar o futuro da Europa, foi defendido que os cidadãos se devem questionar acerca da forma como poderão contribuir para esse mesmo futuro. Alargamento e imigração foram outros dos pontos abordados, até porque estão muito ligados ao desenvolvimento económico da UE e à sustentabilidade do seu modelo social. Conseguir uma maior e melhor integração económica e social passa por tirar partido das sinergias de escala que podem servir como forma de integração dos novos países e das pessoas, numa Europa de população envelhecida.

Em **Aveiro**, o tema escolhido em colaboração com os parceiros locais foi *Desafios e Oportunidades numa Europa Alargada*, mas numa vertente essencialmente económica. Por outras palavras, como é que Portugal pode explorar o leque de oportunidades que se abre com os sucessivos alargamentos. Uma das ideias destacadas é que o país precisa de definir quais são os seus objectivos nestes novos mercados e qual a melhor forma de os concretizar.

O Mar e o Ambiente como Factores de Desenvolvimento: Que Políticas Europeias? foi o tema do debate que decorreu em **Setúbal**, uma cidade bastante ligada ao mar. É sabido que a UE tem dado passos tímidos em direcção a um modelo de desenvolvimento sustentável. Contudo, um problema global exige respostas globais. A nível nacional, deve ser dada uma prioridade estratégica às questões relacionadas com o mar. Todos concordaram que é necessário encontrar uma perspectiva de longo prazo que permita projectar no tempo os planos de desenvolvimento, uma vez que as gerações mais novas já começam a estar despertas para as questões ambientais.

Os arquipélagos e a Europa

No **Funchal** o tema escolhido foi também *Os Desafios da Europa num Mundo Globalizado*, mas foi analisado de três perspectivas distintas: a segurança, Política Externa de Segurança Comum e Política de Vizinhança da UE; a competitividade das regiões ultraperiféricas, onde a Madeira se insere; e os desafios que a globalização coloca. A questão da imigração, do alargamento da UE – em concreto a questão da Turquia – foram pontos em destaque e estão entre os desafios que se colocam à Europa no seu todo.

Em **Ponta Delgada**, o debate orientou-se sobretudo no sentido de perceber como os Açores podem posicionar-se na União, como aliás sugeria o tema *Os Açores e o Futuro da Europa*. O papel geoestratégico do arquipélago foi particularmente salientado, na medida em que os Açores podem trazer uma dimensão transatlântica à Europa, funcionando como ponto de contacto entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul. Outra questão debatida foi a de que os processos de integração europeia e de autonomia dos arquipélagos portugueses se reforçaram mutuamente, em grande medida pelo facto de se basearem fundamentalmente no princípio da Democracia. No seguimento desta ideia, o debate desenvolveu-se em torno do papel das regiões na construção do projecto europeu. Uma relação triangular Região – Estado – Comunidade mais clara e dotada de mecanismos institucionais mais eficazes pode permitir uma redução do défice democrático de que a Europa tem sido acusada.

A Europa face aos novos desafios

Já se realizaram três dos cinco encontros que fazem parte da segunda fase do projecto do II Debate Nacional e que estão a preparar o Congresso Nacional Sobre o Futuro da Europa de 25 e 26 de Junho. Estes debates pretendem debater temas específicos da actualidade europeia. Os seminários tiveram lugar em Lisboa, Braga e Porto.

Os próximos Debates

A EUROPA ABERTA E AS SUAS FRONTEIRAS
Universidade de Coimbra ■ 17 e 18 de Abril ■ Coimbra

II CONGRESSO
PORTUGAL E O FUTURO DA EUROPA
F. Calouste Gulbenkian ■ 25 e 26 de Junho ■ Lisboa

O primeiro seminário foi subordinado ao tema “*Liberdade, Segurança e Justiça: Valores Fundamentais da Europa*”, decorreu na Ordem dos Advogados, em **Lisboa**. Estes três valores são matérias que dizem muito aos cidadãos, a dificuldade está em conceber um modelo que consiga conciliar o papel dos Estados membros e das instâncias comunitárias para que se consiga uma maior eficácia e protecção dos cidadãos.

Por um lado, é importante saber de que parcela de liberdade é que os cidadãos estão dispostos a abdicar por uma maior segurança. Por outro, é necessário exigir e realizar soluções jurídicas que ajudem a cumprir o desígnio da UE.

A Universidade do Minho, em **Braga**, foi o palco escolhido para debater *A União Europeia num mundo globalizado: desafios actuais, respostas futuras*. Os oradores sublinharam que tem sido difícil para a União Europeia concretizar o seu projecto de um modelo político original e pós-soberano.

É sabido que o projecto europeu tem tido alguma dificuldade na realização dos seus principais objectivos, como a livre circulação de bens, ou em fazer frente a novos desafios, como a tão desejada política energética comum. Algumas das fragilidades apontadas pelos oradores foram a relação entre os vários níveis de poder (local, regional, nacional e supranacional); a noção de cidadania europeia ou os mecanismos de governação que asseguram a coesão política do projecto.

Modelo Social, Competitividade, Ambiente: Uma Agenda Política esteve em debate no **Porto**, na Faculdade de Economia. O enquadramento político da integração económica europeia e o equilíbrio entre a competitividade, o emprego e o ambiente na reforma do modelo europeu foram os temas em destaque. Foi aceite pelos presentes que os avanços alcançados no domínio económico não resultaram na afirmação de uma identidade política, pelo que a Europa continua a ter dificuldade em definir uma via própria no plano internacional. Sem a afirmação do projecto político da UE, de que o Tratado Constitucional é parte integrante, os avanços em matérias tidas como mais “práticas” não são suficientes para dar um sentido claro ao projecto europeu, especialmente no que respeita à relação com o resto do Mundo.

Além disso, foi ainda realçado que a Europa está a sentir grandes dificuldades em manter os seus direitos sociais face a outras regiões do Mundo com standards muito menos exigentes. Enquanto que alguns defendem a necessidade de haver uma harmonização de direitos no espaço europeu, outros sustentam que no actual quadro da globalização é urgente apostar na inovação como forma de sobrevivência dos sectores industriais tradicionais europeus.

Participe no II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa

Inquérito II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa

Ao longo do período do projecto, o IEEI leva a cabo um inquérito sobre o Futuro da Europa, com o objectivo de captar as percepções que os portugueses têm do projecto de integração europeu.

Como resolver o impasse actual do Tratado Constitucional?

Quais devem ser os valores estruturantes do projecto europeu?

De que forma deve Portugal gerir as suas prioridades enquanto membro da UE?

Escreva uma Tese

Quais são os temas?

- A dimensão económica e social da Europa
- Valores, objectivos e políticas da União
- A Europa no Mundo, alargamento e fronteiras

A que regras devem obedecer as teses?

- Ser trabalhos originais
- Possuir não mais de 5000 caracteres (cerca de duas páginas A4)
- Ser enviadas até **31 de Maio**

Como participar/enviar?

- Aquando das iniciativas do projecto, contactando a organização

Enviando o seu texto para o **IEEI: Rita Pais** (rp@ieei.pt) ou **Cristina Trancoso** (ct@ieei.pt)

Mais informação em www.ieei.pt

50 Anos dos Tratados de Roma

De Roma até hoje

A 25 de Março, corria o ano de 1957, eram assinados os Tratados que instituem a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM). O palco escolhido foi o Capitólio, em Roma – um local simbólico para o Império Romano, visto que era onde eram proclamados os triunfadores – pelo que os Tratados passaram para a posteridade como os "Tratados de Roma". Cerca de seis anos antes, já os mesmos intervenientes – os governantes de Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos – tinham assinado, desta feita em Paris, o Tratado que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

A Europa de 1957 era uma Europa cansada, destruída depois de duas guerras mundiais em menos de 50 anos. Paz, Liberdade e Segurança eram os valores desejados pelos países. A divisão da Alemanha, através do Muro de Berlim, e a ameaça comunista que vinha do Leste fazia recear o aparecimento de novos conflitos. Daí que, em 1951, tivesse surgido a CECA. Ao pôr-se em comum as produções de carvão e aço sob a alçada de uma autoridade comum estava a retirar-se da mão dos possíveis estados beligerantes a matéria-prima para a guerra.

Com a assinatura dos Tratados de Roma os Estados dizem estar dispostos a ir mais além neste esforço de união. Afirmam-se: comprometidos no estabelecimento de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus; apostados em assegurar o progresso económico e social, eliminando as barreiras que dividiam a Europa; alcançar a melhoria das condições de vida e trabalho das populações; empenhados em reforçar a unidade das suas economias e assegurar o desenvolvimento harmonioso; determinados em consolidar a defesa da paz e da liberdade.

O Tratado que institui a CEE define os objectivos políticos da Comunidade, que se traduzem na definição de políticas concretas, como a União Aduaneira Industrial, a Política Agrícola Comum, a Política Comercial Comum e a Política da Concorrência. Já o Tratado que institui a EURATOM tem como finalidade criar condições para o desenvolvimento da indústria nuclear, prevendo acções comuns em áreas como investigação e difusão de conhecimento, aperfeiçoamento da tecnologia, criação de empresas comuns, aprovisionamentos, segurança e estabelecimento de um mercado nuclear.

Em 1965, era assinado o Tratado de fusão dos executivos das três Comunidades, que cria um Conselho e uma

Comissão Única. Dois anos depois, surgia finalmente a Comunidade Europeia. Em 1972, começaram os alargamentos, com as adesões de Dinamarca, Reino Unido e Irlanda. A estes três países seguiram-se a Grécia, em 1981, Portugal e Espanha, cinco anos depois. E, em 1995, juntaram-se ao projecto europeu Finlândia, Suécia e Áustria. Nove anos mais tarde surgiu o alargamento a Leste, com a entrada de dez novos Estados membros, Chipre, Malta, Eslováquia, República Checa, Hungria, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia. Finalmente, em Janeiro último as portas abriram-se para a Bulgária e a Roménia.

Os Tratados de Roma foram sofrendo alterações ao longo dos anos, com o Acto Único Europeu, aprovado em 1986, o Tratado de Maastricht, de 1991, o de Amesterdão, em 1997 e o Tratado de Nice, aprovado em 2001. Apesar do Tratado Constitucional ter sido assinado em 2004, ainda não foi ratificado pelos 27 Estados membros, pelo que ainda não entrou em vigor.

Os protagonistas

Muitos foram os protagonistas destes 50 anos de história. Destacamos cinco: Quatro figuras ligadas à génese do projecto - Robert Schuman, Jean Monnet, Winston Churchill e Konrad Adenauer - e Jacques Delors, pelo papel que teve no relançamento do projecto europeu, numa altura em que a Europa atravessava um período de estagnação.

Robert Schuman (1886-1963)

Robert Schuman foi um dos grandes impulsionadores da construção europeia, sendo mesmo apelidado como "Pai da Europa". Político, advogado e Ministro dos Negócios Estrangeiros francês entre 1948 e 1952, sentiu na pele as divisões de uma Europa em crise. Em 1940, foi preso pelos Nazis, conseguiu fugir dois anos depois, tendo-se juntado à Resistência. Oriundo da Alsácia-Lorena, uma região que fica na fronteira entre França, Alemanha e Luxemburgo, cedo compreendeu que só uma boa relação entre estas duas potências poderia trazer paz a uma Europa em ruínas.

Em conjunto com Jean Monnet, elaborou o Plano Schuman, que viria a público a 9 de Maio de 1950, naquele que é hoje comemorado como o dia da União Europeia. Esse documento falava da necessidade de integrar e gerir em comum a produção franco-alemã de carvão e aço, as matérias-primas que estavam na base da construção de armamento. Assim, estas matérias-primas seriam partilhadas pela federação de Estado, o que iria dificultar "declarações de guerra". Schuman foi também um dos fundadores do Conselho da Europa e apoiou a criação de uma política

européia comum de defesa. Além disso, foi Presidente do Parlamento Europeu, o primeiro, entre 1958 e 1960.

Jean Monnet (1888-1979)

Consultor económico e político oriundo da região francesa de Cognac, [Jean Monnet](#) foi o grande inspirador do Plano Schuman, que levou à criação da CECA. Entre as duas guerras mundiais exerceu cargos de relevo, em França e no Reino Unido, tendo-se tornado uma personalidade respeitada. Em 1919, participou na criação da Sociedade das Nações, da qual foi Secretário-geral adjunto. Seria já como consultor do Governo do seu país, que Monnet viria a contactar com Schuman e dando origem à Declaração proferida a 9 de Maio de 1950. Este Cidadão Honorário da Europa acabaria por se tornar no primeiro presidente da Alta Autoridade, o órgão executivo da CECA, entre 1952 e 1955.

Mas a acção de Monnet não se cingiu à esfera económica, "mais do que coligar Estados, importa unir os homens", dizia com frequência. A sua ideia de Europa ia muito mais além do que a integração das produções de carvão e aço. Antes da celebração dos Tratados de Roma, Monnet defendera antes a criação de uma Comunidade Europeia da Defesa, projecto que viria a ser posto de lado devido ao veto francês e que fez com que recusasse voltar a ser eleito para a liderança do órgão executivo da CECA.

Winston Churchill (1874-1965)

[Winston Churchill](#) foi primeiro-ministro britânico por duas vezes, de 1940 a 1945 e de 1951 a 1955. O estadista foi um dos primeiros a falar numa unidade Europeia. O seu célebre discurso em que preconiza a criação de "uma espécie de Estados Unidos da Europa" foi proferido na Universidade de Zurique, na Suíça, na ressaca da Segunda Guerra Mundial, em 19 de Setembro de 1946. O estadista defendeu a necessidade de existir uma Europa unida, capaz de garantir a paz, onde França e Alemanha estivessem lado a lado, de forma a evitar futuros conflitos como os que tinham existido anteriormente.

Churchill defendia uma federação de Estados europeus para promover relações harmoniosas entre as nações, cooperação económica e uma identidade europeia. Todavia, este impulsionador da causa europeia quando falava dos Estados Unidos da Europa assumiu sempre uma posição ambivalente no que respeita ao papel que o Reino Unido deveria assumir. Defendia um projecto europeu, mas europeu continental, isto é, excluindo a sua Grã-Bretanha desta iniciativa.

Konrad Adenauer (1876-1967)

Konrad Adenauer foi o primeiro chanceler da República Federal da Alemanha (RFA), entre 1949 e 1963. Foi um dos homens que compreendeu que só se poderia alcançar a paz na Europa se estava estivesse unida. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial foi o responsável pela reconstrução da Alemanha e pela consolidação da democracia. Em 1951, consegue a adesão da RFA ao Conselho da Europa, depois com a fundação da CECA, a entrada na NATO, em 1955, e a assinatura dos Tratados de Roma. Outra das suas vitórias foi a reconciliação com os franceses, alcançada em 1963 com Charles le Gaulle.

Jacques Delors (1925-)

O francês [Jacques Delors](#) faz parte da "segunda geração" de pais da União Europeia. Chega à presidência da Comissão Europeia em 1985, cargo que ocupa até 1995, durante 2 mandatos. Anteriormente tinha sido funcionário do Banco de França e ministro da Economia e Finanças. Chega à Comissão numa altura em que a Europa precisava de uma liderança forte, com fortes "credenciais" europeias. Tinha assim início um dos períodos mais produtivos e importantes da EU, que correspondeu a um relançamento da construção europeia.

Delors pretendia que os europeus se aproximem da Europa e a sentissem-se como sua, mais eficaz, menos burocrática e mais transparente. Entre outras coisas, foi o principal inspirador do Acto Único Europeu com a publicação do Livro Branco, em 1985. Além disso, presidiu ao Comité encarregue de estudar uma possível União Económica e Monetária, foi o impulsionador das políticas estruturais da União (os "Pacotes Delors" I e II de que Portugal tanto beneficiou) e foi protagonista na transformação da Comunidade Europeia em União Europeia.

Novos Países têm visão mais positiva

Cinquenta anos depois da assinatura dos Tratados de Roma, o que pensam os europeus de "há meio século" e o que pensam aqueles que entraram para a União Europeia (UE) mais recentemente? São visões diferentes de uma mesma realidade. Regra geral, os novos Estados-membros apresentam uma visão mais optimista da Europa, enquanto que os fundadores se mostram mais reticentes. Estes dados resultam de dois factores: por um lado, das dinâmicas de crescimento que os recém-chegados têm apresentado nos últimos anos; e, por outro, do crescimento económico menos positivo nos restantes, fruto das conjunturas actuais, ao qual se pode juntar a estagnação que a UE atravessa desde que o Tratado Constitucional foi suspenso.

De acordo com o último Eurobarómetro, 53 por cento dos europeus acredita que a adesão à UE foi algo de positivo para o seu país. Analisámos os resultados obtidos em três

dos seis Estados membros fundadores da União e em três dos mais recentes membros da família europeia. Entre os “veteranos”, a escolha recaiu na Alemanha, França e Itália e entre os “caloiros”, vamos debruçar-nos sobre os resultados obtidos na Eslovénia, Polónia e Hungria.

Os três países fundadores apresentam em regra opiniões menos positivas sobre a Europa do que os outros que foram analisados, quer as variáveis em causa sejam o que a UE trouxe ao país, os benefícios da adesão, ou a imagem que eles próprios fazem da União. Enquanto que as posições da Alemanha, França e Itália se apresentam, regra geral, dentro da média europeia, as posições dos outros países fogem da média, quer para o lado positivo, quer para o lado negativo.

Vejamos, por exemplo, os benefícios da UE. Enquanto que a média das opiniões dos inquiridos é de 54 por cento, por um lado, 49 por cento dos alemães, 50 por cento dos franceses e 47 por cento dos italianos consideram que a união foi benéfica. Por outro, 71 por cento dos eslovenos, 73 por cento dos polacos e 41 por cento dos húngaros destacam o positivo da adesão. Aqui o que sobressai, sem sombra de dúvida é a posição deste último país, cujos cidadãos, por norma, se apresentam muito cépticos em relação à UE, aos seus benefícios e imagem.

Os países que se mostram mais europeístas acabam por não ser os analisados. Os irlandeses são quem mais se mostra crente e optimista em relação à UE, enquanto que no pólo oposto surge o Reino Unido, dois países que aderiam ao mesmo tempo, em 1972.

Rumo da União

Outros dados interessantes são os que resultam de uma análise do futuro da UE e do rumo que esta está a tomar. Os cidadãos dos três Estados fundadores mostram-se menos optimistas em relação ao que está a acontecer, com a França a destacar-se como o mais pessimista do grupo dos 27 Estados-membros, com apenas 22 por cento de pessoas a manifestarem-se satisfeitas com a direcção seguida. No pólo oposto surgem os outros três países, Eslovénia, Polónia e Hungria. De realçar que a Eslovénia surge em segundo lugar, com 56% de opiniões favoráveis (e quando a média europeia se fica nos 33) e que a Hungria, apresenta um valor positivo, leia-se superior ao nível médio, com 38 por cento.

Uma outra sondagem, desta feita realizada pelo *Financial Times* e que inclui cinco países da UE (Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Espanha) dá conta que 44 por cento dos cidadãos europeus considera que a sua vida piorou desde a adesão à UE. Contudo, apenas uma minoria afirma

claramente que o seu país estaria melhor se não estivesse na União.

A Declaração de Berlim e o novo calendário europeu

2009 é o novo prazo proposto pela “Declaração de Berlim”, para a apresentação de uma nova constituição para a União Europeia. Este prazo coloca a responsabilidade sobre o trio da Presidência, com a potencial realização de uma Conferência Intergovernamental a recair, segundo a chanceler alemã Angela Merkel, sobre o período da presidência portuguesa. Sem referir uma única vez a palavra “Constituição”, esta declaração resulta das comemorações dos 50 anos dos Tratados de Roma e foi adoptada pelos líderes da UE. Dividindo-se em três partes, o documento lança as bases para o novo diálogo, aludindo aos valores que sempre guiaram a construção europeia e que deverão prevalecer no futuro.

Assim, o texto traça o quadro geral da integração europeia, das suas conquistas e da forma como estas foram alcançadas, respeitando sempre os direitos fundamentais de cada cidadão e reconhecendo o equilíbrio de interesses entre os vários Estados membros. Da mesma forma, são mencionados os desafios que a Europa enfrenta e que só em conjunto poderá ultrapassar. Declara-se, por fim, na última parte, a importância de continuar a promover a “democracia, a estabilidade e o bem-estar” não só dentro, mas também além das fronteiras da União, nomeadamente através da capacidade de criação de uma nova “base comum e renovada” para a sua institucionalização, até 2009.

O presidente da Comissão, Durão Barroso, mostrou-se muito satisfeito com o conteúdo deste texto, que considera ser uma oportunidade única, embora exigente, para Portugal e para a União. “Vai ser um trabalho extremamente exigente, mas estou confiante que podemos, no final da presidência alemã, ter não apenas um calendário, mas também o quadro de referência para a solução do futuro Tratado Institucional”, afirmou.

De acordo com Angela Merkel, o calendário de etapas para a elaboração do novo texto deverá ser apresentado já Cimeira de Junho pela Presidência Alemã, fazendo-se desde logo a ponte para a realização da Conferência Intergovernamental, que reunirá representantes oficiais dos 27 Estados membros.

José Sócrates vê com bons olhos este desafio para Portugal, adiantando, no entanto, que ainda “é cedo para fixarmos um calendário muito preciso”. Além disso, o primeiro-ministro português advertiu que a base para a discussão não poderá deixar de ser o actual Tratado Constitucional.

A Europa em Análise

Conselho Europeu

Estados-membros apostam nas renováveis

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia aprovaram um conjunto de medidas que estimula não só a redução da emissão de gases com efeito de estufa, mas também o uso de fontes de energia renováveis. Estas foram as principais novidades que saíram do Conselho Europeu da Primavera, que se realizou a 8 e 9 de Março, em Bruxelas. Assim, em 2020, 20 por cento do consumo total de energia deverá ter por base fontes renováveis, como o vento, a água, o sol ou a biomassa.

Com as 17 iniciativas agora aprovadas, a União espera reduzir, em pelo menos 20 por cento, a emissão de gases com efeito de estufa até 2020, tomando como ponto de comparação os valores registados em 1990. Estas medidas deverão fazer com que o aumento médio da temperatura média mundial não ultrapasse os dois graus anuais. O documento aprovado prevê ainda que 10 por cento dos combustíveis consumidos pelos automóveis sejam biológicos.

De uma forma geral os líderes europeus mostraram-se satisfeitos com o compromisso alcançado, apesar das negociações não terem sido pacíficas. De realçar que as metas agora estipuladas dizem respeito à UE no seu todo, cabendo agora à Comissão definir como serão distribuídas pelos 27 Estados-Membros. Depois, cada um destes terá liberdade para decidir como vai atingir os objectivos. Desta forma, deixou-se a porta aberta à possibilidade de se utilizar a energia nuclear. Esta “concessão” foi fundamental para que a França apoiasse o pacote de medidas agora aprovado.

A Europa dos candidatos franceses

A menos de um mês das eleições presidenciais francesas, os candidatos, sejam mais ou menos favoritos, esgrimem posições procurando atrair o voto dos indecisos. Com maior ou menor divergência, todos têm as suas próprias ideias sobre a Europa e sobre o papel que a França deve ocupar no seio da UE. Vamos ver o que têm a dizer os mais e os menos favoritos.

Nicolas Sarkozy, da UMP, e Ségolène Royal, do Partido Socialista, são os “favoritos” desta batalha eleitoral, daí que tenham uma visão mais estruturada destas questões. Mas François Bayrou, da UDF, tem-se vindo a assumir cada vez mais como uma alternativa e tem mostrado que tem uma palavra a dizer quanto ao futuro da União.

Nicolas Sarkozy, da UMP, defende a adopção de um Tratado Constitucional mais curto, que se limite a questões institucionais e que permita à Europa avançar com uma política clara de imigração e de defesa e segurança. O candidato considera que só será possível dar continuidade ao processo de alargamento depois de se concretizar uma reestruturação institucional.

No que respeita à segurança e imigração, Sarkozy defende a criação de um Ministério para a Imigração que possa impedir a decisão unilateral de cada país no que toca ao combate à imigração massiva. Além disso, vê com bons olhos o reforço do espaço comum de segurança, baseado no funcionamento do Espaço Schengen, e que possa ser um instrumento para a luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada. Por fim, o candidato da UMP fala explicitamente da criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiro europeu, de forma a oferecer coerência à política externa da União, mas também maior visibilidade para o exterior.

Por sua vez, Ségolène Royal opõe-se a esta ideia de mini-tratado, considerando não responder às verdadeiras preocupações dos cidadãos franceses relativamente aos seus problemas sociais e económicos. A candidata centro-esquerdista propõe um novo período de debate que responda a questões vitais como a política externa, as regras dos mercados internacionais, as questões sociais e o desenvolvimento económico sustentável. Este debate deveria então culminar num novo tratado resultado de uma convenção europeia a realizar durante a Presidência francesa da União. Ségolène prefere uma visão estratégica da vizinhança europeia, optando por parcerias específicas e limitadas, em vez de continuar a actual política de alargamentos.

A candidata socialista sustenta que o reforço do espaço europeu de segurança seria um meio privilegiado para o intercâmbio de informação, com regras penais comuns e um Procurador-geral para a Europa. Além disso, defende o reforço das capacidades de defesa da UE, com a instalação de uma Agência do Armamento, tendo como eixo o triângulo França-Alemanha-Grã-Bretanha. Analisando o quadro internacional, Ségolène Royal diz-se preocupada com a justiça social e com a sustentabilidade ambiental das actuais regras da OMC, cuja reforma deveria implicar um reforço da tarifa externa comum.

Por seu lado, François Bayrou, da UDF, fala da necessidade de fazer as pazes entre os franceses e a UE, com um novo Tratado Constitucional, mais curto e referendado pela população, talvez em 2009. O candidato

centrista defende uma União Europeia com duas esferas, a Europa jurídica e a Europa política. A primeira com um mercado alargado e possuindo regras jurídicas à qual “não falta ambição” e outra que preconize “uma Europa para uma mudança mundial”. Sendo que, a longo prazo, estas duas realidades acabarão por se juntar e harmonizar.

Para Bayrou, que se candidata à presidência francesa pela segunda vez, existem sete grandes áreas para as quais é fundamental que a UE como um todo tenha uma palavra a dizer: política económica, diplomacia comum, defesa, clima e biodiversidade, política energética, política de imigração e desenvolvimento, política de investigação.

A Europa dos menos votados

Entre os candidatos dos partidos de menor expressão não existe um discurso muito elaborado sobre a Europa ou sobre a forma de resolver o impasse que se vive. Os candidatos optam por orientar o seu discurso para questões que lhes são caras, procurando dar respostas mais concretas aos dilemas com que as sociedades europeias se deparam presentemente. **Dominique Voynet**, de Os Verdes, centra o seu projecto legislativo em objectivos chave – protecção do ambiente através da cooperação internacional e esclarecimento do estatuto dos imigrantes através da revisão da legislação europeia. Já para **Jean-Marie Le Pen**, da Frente Nacional – que surpreendentemente disputou a segunda volta das Presidenciais em 2002 – a única via possível é a retirada da França do projecto Europeu, mantendo apenas alguns acordos em áreas estratégicas. É que a integridade da soberania francesa não pode ser posta em causa.

Por seu lado, **Philippe de Villiers**, do Movimento pela França, é menos radical. Contudo, não deixa de ser extremista, defendendo um protecçãoismo. Afirma que a Europa não deve permitir a adesão de mais Estados. Finalmente, a candidata do Partido Comunista, **Marie-Georges Buffet**, defende a protecção social dos trabalhadores e rejeita o actual texto do Tratado Constitucional, dizendo mesmo que as alterações à Constituição Francesa levadas a cabo com vista à ratificação daquele tratado deveriam ser repostas.

Confrontado com uma forte oposição interna que defende uma aproximação a Moscovo, a mudança de discurso aparece como dirigida essencialmente para consumo interno. Mas pode também ser vista como um ‘plano B’ para um cenário em que adesão à União não é uma possibilidade.

■ Os desafios e as oportunidades da Europa

Cavaco Silva, Horst Köhler e Janz Drnovsek – respectivamente os presidentes dos países que ocupam a

presidência tripartida da União Europeia (UE), Portugal, Alemanha e Eslovénia – defenderam num artigo publicado em vários jornais europeus o Tratado Constitucional. Assumem, assim, uma posição clara no actual debate sobre como resolver o impasse político em que a Europa está mergulhada. Além disso, os três responsáveis realçam ainda os actuais desafios que a Europa tem pela frente, não só em termos económicos, mas também sociais e referem a importância destes 50 anos de construção europeia.

Os chefes de Estado de Alemanha, Eslovénia e Portugal falam destes 50 anos como tempos em que se tem apostado na paz, prosperidade social e económica, democracia e direitos humanos, no fundo as pedras basilares desta UE. O resultado deste esforço está à vista com a criação de “um sólido enquadramento institucional”, que é a UE e o desenvolvimento de “um sentido de comunidade”.

Os três responsáveis sustentam ainda que a resolução do actual impasse passa por encontrar uma forma de tornar o espaço europeu mais democrático, ágil e eficiente, por forma a dar a possibilidade à Europa de “agir como um protagonista-chave na cena mundial”.

Com o actual documento, adiantam, a União irá tornar-se mais democrática, na medida em que atribui “mais poderes ao Parlamento Europeu e dando aos cidadãos europeus o direito de ter uma influência directa na política em Bruxelas”. Além disso, também se tornará “mais transparente ao tornar claro quem é responsável por quê na Europa” e “mais capaz de agir” ao “permitir que se tomem mais decisões por maioria”.

Cavaco, Köhler e Drnovsek identificam ainda os “enormes novos desafios” que a Europa tem pela frente. Em termos económicos, a Europa tem pela frente a globalização e, para isso, tem de se “tornar de novo um centro de inovação, de investimento e de dinamismo económico”. Em termos de desafios futuros referem ainda a liberalização dos mercados de electricidade, do gás, as questões ambientais e a promoção da diversidade cultural. Além disso, congratulam-se “com a recente aprovação pelo Conselho Europeu de um plano de acção energético que define os elementos básicos de uma nova política energética europeia”.

Em termos de relações externas, os três presidentes referem a necessidade de se desenvolver uma maior cooperação com África. Assim, destacam que “o futuro da Europa está intimamente ligado ao futuro de África” e depositam grandes expectativas de sucesso para a próxima cimeira de chefes de Estado e do governo europeus e africanos, que se deverá realizar em Dezembro, durante a presidência portuguesa da UE.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

Largo de S. Sebastião, 8
Paço do Lumiar
1600 – 762 Lisboa
Tel: 210306700
Fax: 217593983
ieei@ieei.pt
www.ieei.pt

Este projecto é financiado pela Comissão Europeia
Representação em Portugal

